

REDES DE SEGURANÇA ALIMENTAR E AGRICULTURA FAMILIAR: o “Programa Direto do Campo” do Município de Araraquara, Estado de São Paulo, como Instrumento de Desenvolvimento Local¹

Alcir Antonio Kuranaga²
Luiz Manoel de Moraes Camargo Almeida³
Vera Lúcia Silveira Botta Ferrante⁴
Sônia Maria P. P. Bergamasco⁵

1 - INTRODUÇÃO

A segurança alimentar deve ser tratada de maneira ampla, abarcando não somente as condições de saúde das pessoas, de higiene dos alimentos e da autenticidade da produção, mas também a elevação das condições de renda e emprego de pequenos agricultores familiares e trabalhadores rurais envolvidos com a produção alimentar. Este trabalho refere-se à discussão de uma experiência de segurança alimentar, no município de Araraquara (SP), no qual a prefeitura local desenvolveu um programa de comercialização de produtos agrícolas provenientes de agricultores familiares em varejões populares distribuídos em pontos comerciais estratégicos. O resultado mais promissor foi o início da formação de uma rede de capital social local, envolvendo pequenos agricultores do município, trabalhadores rurais com direitos trabalhistas garantidos,

órgãos e agências públicas municipais, universidades e entidades civis locais. Este caso, ocorrido no centro da produção canavieira e do território citrícola, mostra como mecanismos institucionais desenvolvidos através de políticas públicas participativas e organizações locais podem promover o desenvolvimento rural local com possibilidades de inclusão social - neste caso de pequenos agricultores familiares assentados e não assentados em marginalização nas redes agroindustriais tradicionais - com consolidação de uma rede de capital social. Finalmente, este trabalho mostra o “Programa Direto do Campo” enquanto gerador de renda e diversificação agrícola aos pequenos produtores familiares permitindo aos consumidores urbanos terem acesso a alimentos saudáveis com preços baixos e conhecimento da procedência.

Os varejões populares dos produtores são programas alternativos para agricultores familiares criados pelos municípios que visam incentivar as produções de autoconsumo e consequente geração de excedentes para o mercado local que podem significar algum caminho em direção à sustentabilidade. Destinam-se à venda direta, no varejo, de produtos hortifrutigranjeiros, conservas, doces, de produtos derivados do leite e da industrialização artesanal, dos artigos oriundos do artesanato rural e outros gêneros alimentícios. Através deles, a agricultura familiar tem conquistado um espaço maior na agenda política, uma vez que constitui uma iniciativa inovadora nos municípios do ponto de vista da gestão pública (DUVAL e FERRANTE, 2006).

Nessa iniciativa, as prefeituras disponibilizam o transporte de ida e volta dos produtores e suas mercadorias, barracas para exposição e um avental para os caracterizarem. A renda dos

¹Este trabalho foi realizado com apoio da FAPESP. Cadastrado no CCTC, IE-70/2007

²Economista, Mestre, Pesquisador do Núcleo de Estudos e Documentação Rural (Nupedor) UNIARA/UNESP, Professor do curso de Administração e Agronegócio das Faculdades Santa Giúlia de Taquaritinga-SP (e-mail: alcirkura@yahoo.com.br).

³Engenheiro da Produção, Doutor, Pesquisador Colaborador Voluntário da Faculdade de Engenharia Agrícola da UNICAMP, Pesquisador Colaborador do Programa de Mestrado em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente Centro Universitário de Araraquara (UNIARA) (e-mail: manoel77@yahoo.com.br).

⁴Socióloga, Livre-docente em Sociologia (UNESP/Araraquara), Coordenadora do Programa de Mestrado em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente do Centro Universitário de Araraquara (UNIARA) (e-mail: mestrado@uniara.com.br).

⁵Engenheira Agrônoma, Doutora, Professora Titular da Faculdade de Engenharia Agrícola (FEAGRI) da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP).

produtores com a venda direta varia de R\$400,00 a R\$1.000,00 mensais. O acompanhamento dessas iniciativas tem demonstrado que a partir da agricultura de autoconsumo pode-se vislumbrar uma alternativa de desenvolvimento possível, embora ainda restrita a um grupo pequeno de agricultores mais bem estruturados para atender à demanda dos programas municipais (cerca de 30 produtores por município). A perspectiva de ampliação, tanto em termos de se aumentar a renda possível como de se atender a mais famílias, pode configurar uma estratégia certa de comercialização e agregação de valor para muitas delas. Em contrapartida, tais produções podem chegar aos pontos municipais de comercialização com menor preço e ao mesmo tempo com menos contaminação por agrotóxicos. Questões como o lugar da agricultura familiar nas agendas políticas dos municípios, a geração de desenvolvimento local/regional ou mesmo a existência de agricultura com práticas regenerativas⁶ são colocadas em contraste com a dependência econômica dos pequenos produtores em relação aos grandes, o modelo convencional de produção agrícola e o abastecimento de alimentos no município sendo feito quase que integralmente por plantações de outros Estados.

São objetivos do programa de varejões populares locais: 1) facilitar, prioritariamente, o escoamento da produção agrícola dos agricultores familiares e de assentamentos rurais; 2) estimular a diversificação da produção agrícola municipal; 3) promover a auto-sustentabilidade financeira da agricultura familiar, melhorando sua condição sócio-econômica e estimulando a criação de novos empregos rurais; 4) incentivar o trabalho e a organização associativa; 5) aumentar e diversificar a produção de hortifrutigranjeiros na região e nos assentamentos rurais; 6) beneficiar o consumidor, por meio da comercialização de produtos a preços mais acessíveis e de melhor qualidade, considerando-se a possibilidade da venda sem intermediários; e 7) ser instrumento da política de abastecimento e segurança alimentar do Governo Municipal.

⁶O termo agricultura regenerativa se refere a práticas agrícolas agroecológicas, esse termo é utilizado geralmente pelos agricultores que seguem as orientações da Fundação Mokiti Okada.

2 - MATERIAL E MÉTODO

O desenvolvimento do trabalho se apoiou em entrevistas com os atores individuais e coletivos (associações, conselhos municipais, órgãos gestores públicos, dentre outros) envolvidos no programa de varejões populares do município de Araraquara (SP) e em análise dos dados provenientes de pesquisas de campo, principalmente sob a forma de entrevistas abertas e questionários semi-estruturados.

Com os produtores rurais envolvidos no programa foram coletados dados a partir de um formulário com questões abertas. Também foram realizadas entrevistas abertas com integrantes da Coordenadoria de Atividades Agroindustriais da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico. No Instituto de Terras do Estado de São Paulo (ITESP) foram levantadas, por meio de entrevistas com os técnicos, informações relativas à conservação ambiental e à identificação de cada família do grupo estudado neste trabalho.

Também, foram levantados indicadores qualitativos e quantitativos do funcionamento do programa através de um questionário semi-estruturado aplicado aos produtores rurais e aos gestores da política. Os indicadores de acompanhamento do funcionamento do programa Direto do Campo de Araraquara (SP), que são elementos fundamentais de análise das eficácias, analisados neste trabalho, estão sintetizados no quadro 1.

Ao complementar essas técnicas, foram levantados dados secundários, tanto aqueles disponíveis em banco de dados oficiais, quanto através das informações provenientes de estudos relacionados com o desenvolvimento da temática da segurança alimentar desenvolvidos em instituições públicas e privadas e das políticas públicas que tratam os programas dos varejões populares.

Concomitantemente, este trabalho lançou mão de outras técnicas qualitativas de investigação, como a dinâmica dos diagnósticos participativos, instrumento de larga utilização por órgãos oficiais e não-governamentais, no trato com os atores individuais e coletivos, em geral. Os diagnósticos participativos, aliados à técnica do diário de campo aumentaram a capacidade analítica do programa "Direto do Campo" de Araraquara (SP).

QUADRO 1 - Indicadores de Acompanhamento dos Varejões Populares, "Programa Direto do Campo", Município de Araraquara, Estado de São Paulo, 2006

Indicadores	Parâmetros
Forma de cultivo	Tradicional ou orgânico.
Coordenação	Prefeitura, órgão da sociedade civil, parcerias, etc.
Recursos financeiros e organizacionais envolvidos e modo de manutenção dos custos	Prefeitura disponibiliza os espaços de comercialização, os custos de transporte, a estrutura e a montagem das barracas e cursos de capacitação para comercialização.
Indicadores econômicos e sociais	Número de produtores envolvidos, número de espaços de comercialização, número de dias na semana de comercialização, renda total mensal comercializada, renda média por produtor, índice de produtos não comercializados, custos médios dos produtos comercializados, redução dos custos dos produtos em relação aos outros pontos de comercialização local e número de postos de trabalhos adicionais e perfis dos consumidores.
Localização estratégica	Definições dos locais segundo critérios que facilitem a comercialização para a população.
Indicadores produtivos e organizacionais	Custos de produção, <i>mix</i> de produtos, produtividade média, disponibilidade média de produtos ao longo do ano, tecnologia de produção adotada, recursos tecnológicos (maquinários, estufas, caminhões, etc.) participação em associações ou cooperativas e cursos de capacitação.
Integração com outros programas de segurança alimentar, como padaria popular municipal.	Articulação com o Banco de Alimentos, restaurantes populares e programas de aquisições de alimentos da agricultura familiar, etc.

Fonte: Dados da pesquisa.

3 - EVOLUÇÃO DAS POLÍTICAS DE SEGURANÇA ALIMENTAR NO BRASIL E IMPORTÂNCIA DOS PADRÕES INSTITUCIONAIS LOCAIS

Durante a década de 1990, as políticas públicas de intervenção e distribuição que visavam o alcance da segurança alimentar no Brasil - a partir de coordenações centralizadas e de decisões hierárquicas - começaram a encontrar sinais de esgotamento por causa da enorme dificuldade de atender, de modo intensivo e constante, a população necessitada em lugares cada vez mais complexos (áreas urbanas degradadas e semi-abandonadas, outras com difícil acesso, zonas rurais distantes e de logística complexa, regiões produtivas com alto grau de exclusão, etc.).

Na década atual, o Brasil tem vivenciado a incrustação de políticas públicas de segurança alimentar consideradas mais alternativas nos diversos âmbitos governamentais (federal, estadual e municipal). Os primeiros anos do sé-

culo XX tornaram-se marcantes porque o conceito mais amplo de segurança alimentar finalmente começou a sustentar uma pauta de políticas públicas destinadas à redução da fome da população miserável e ao aumento de ações solidárias para pessoas em situações de marginalização no país (incluindo pessoas produtivas, como trabalhadores rurais, agricultores familiares etc.).

Desde 1997, quando a Cúpula Mundial da Alimentação (uma arena de representação dos governos dos países vinculados à ONU) finalmente conseguiu produzir um consenso em torno de um conceito amplo de segurança alimentar para subsidiar políticas públicas aplicáveis nos mais diversos países (dos desenvolvidos aos subdesenvolvidos), alguns programas começaram a ser executados no Brasil. De lá para cá, os esforços de vários governos no Brasil (locais, estaduais e federais) produziram a efetivação de várias políticas de segurança alimentar (PAULLILO e PESSANHA, 2002).

Assim, o problema da segurança ali-

mentar começou a ser visto não apenas como a falta de oferta de alimentos à população. Em muitos períodos da história foi observada uma presença de grandes estoques de alimentos, tanto em nível internacional quanto nacional, fazendo com que o foco das discussões convergisse para a garantia da capacidade de acesso da população aos alimentos, especialmente nos países de Terceiro Mundo (PAULILLO e PESSANHA, 2002).

O conceito de Segurança Alimentar e Nutricional a ser utilizado neste trabalho é aquele definido pelo Projeto de Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (PL nº 6.047/2005): *“a realização do direito de todos ao acesso regular e permanente de alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde, que respeitem a diversidade cultural e que sejam social, econômica e ambientalmente sustentáveis”*.

As políticas de segurança alimentar devem responder pela produção, distribuição, acesso e consumo de alimentos e devem estar ligados a valores fundamentais da população: 1) saúde, 2) higiene, 3) meio ambiente, 4) autenticidade e 5) solidariedade. Todos esses valores são socialmente construídos e compartilhados em redes de políticas focadas na funcionalidade e adaptação de um padrão alimentar com equidade para a população mal-nutrida.

Os valores ligados ao eixo da saúde envolvem as dimensões dietética e farmacêutica ligadas à composição nutricional dos alimentos: o conteúdo protéico, de fibras, colesterol, etc. Para tal, a educação alimentar da população carente é fundamental. O segundo eixo é o da higiene e segurança dos alimentos, com a ausência dos elementos tóxicos ou nocivos. Essas noções estão indissociavelmente ligadas a necessidades de informação, de garantias e de controles sobre as condições da produção e da distribuição e sobre as normas de embalagem. Assim, a certificação de produtos alimentares aparece como questão crucial.

O terceiro eixo é o ecológico ou orgânico, que corresponde à produção de alimentos sem riscos tóxicos e à reivindicação do respeito ao meio ambiente. A demanda alimentar deve concernir relevância tanto em relação à qualidade do alimento quanto à maneira de produzi-lo e a eco-

logia é um valor crescente nos hábitos de vida da população. Tanto que, nos países desenvolvidos, há relevantes movimentos de apoio dos consumidores pela preservação do meio ambiente.

O quarto eixo é o da autenticidade, que se refere aos valores naturais e tradicionais da produção agroalimentar, à valorização da origem dos produtos e às especificações dos processos produtivos agrícolas e agroindustriais (desde a utilização da terra até a forma de processamento). Enfim, são os ideais do saber fazer. O quinto eixo é o da solidariedade, no qual os valores morais e ideológicos impulsionam a participação da população bem-nutrida em ações humanitárias no processo de consumo, através da compra de um produto socialmente correto em vez de outro. Nesses produtos, o preço a ser pago é mais elevado por privilegiar a produção agrícola e o processamento desses alimentos de assentamentos rurais, de pequenas propriedades, de produtos ecologicamente corretos, a ausência da mão-de-obra infantil, etc. Muitos exemplos existem como o comércio justo internacional, os mercados institucionais municipais e dos produtos agroindustriais familiares que estão crescentemente sendo utilizados por atores sociais imbuídos de cristalizar o eixo solidariedade das políticas de segurança alimentar no mundo capitalista.

Os padrões institucionais, normas e valores sociais próprios de cada localidade sinalizam uma capacidade de estabelecimento de pautas de desenvolvimento social de caráter relativamente endógeno, desde que os processos de reestruturação não apresentem um caráter estritamente econômico, mas envolvam decisões de índole política e o aumento do capital social localizado.

Nesse caminho, a contribuição da teoria endogenista é identificar que fatores de produção atualmente decisivos são determinados dentro da região e não de forma exógena, como era, até então, entendido. Por conseguinte, logo se concluiu que regiões dotadas desses fatores ou estrategicamente direcionadas para desenvolvê-los internamente teriam melhores condições de atingir um desenvolvimento acelerado e equilibrado. Podem-se identificar duas dimensões no desenvolvimento regional endógeno. A primeira é econômica, na qual a sociedade empresarial local utiliza sua capacidade de organização da forma mais eficiente possível (os fatores produtivos da região). A segunda é sócio-cultural, na

qual os valores e as instituições locais servem de base para o desenvolvimento local ou regional.

Essa tendência é marcada por estudos sobre redes institucionais *“que permitem ações cooperativas - que incluem, evidentemente, a conquista de bens públicos como educação, saúde, informação - capazes de enriquecer o tecido social de uma certa localidade”* (ABRAMOVAY, 2003, p. 84). Ela começa a ser discutida na produção acadêmica voltada a atores locais excluídos, necessitando ser aprofundada.

4 - SEGURANÇA ALIMENTAR E POLÍTICAS PÚBLICAS: o viés local como alternativa de desenvolvimento

No Brasil, muitos complexos agroindustriais formaram-se através dos avanços dos circuitos produtivos globais e as demandas das regiões nacionais de origem tiveram importância secundária. Enfim, os circuitos regionais não foram os alvos agroindustriais prioritários (BONANNO; MARSDEN; SILVA, 1999, p. 357). A estrutura de consumo fordista não permitiu outro viés, seja no período mais intenso da modernização agrícola, anos 60s e 70s, com o modo de regulação estatal, seja no período de abertura comercial a partir do final dos anos 80s, com a crise fiscal do Estado e a desregulamentação estatal. Assim, a estrutura de coordenação de cada complexo agroindustrial que se constituiu não privilegiou a questão da segurança alimentar local em regiões ou municípios.

Em países com maior dimensão territorial e grau de diferenciação interna como o Brasil, a segurança alimentar também deve ser pensada em termos regionais, de modo a adensar os circuitos produtivos e distributivos locais, captar hábitos alimentares diferenciados, reforçar a diversificação produtiva, abrir espaços aos pequenos e médios empreendimentos rurais e urbanos e aos agricultores em exclusão (MALUF; MENEZES; VALENTE, 1996, p. 85).

A existência de determinadas cadeias agroindustriais regionalizadas faz com que a implementação de redes organizacionais de segurança alimentar seja facilitada. É o que torna possível a execução de medidas do *food security* e do *food safety* de cunho localizado, pois a segurança alimentar pode ser o tema de uma rede de orquestração de interesses (*policy network*).

Isto é, uma rede de segurança alimentar pode articular em torno de si um conjunto de empresas, associações de interesses, organizações não governamentais, cooperativas, agricultores, agências públicas estatais, prefeituras municipais, universidades, centros de pesquisa, etc. São as redes políticas locais que podem conceber soluções de segurança alimentar de modo singular e específico em cada região.

No âmbito territorial, surgem novas estruturas de oportunidades, porque os governos e os atores sociais aí estabelecidos redefinem seus papéis. Isso ocorre por meio da adaptação estratégica dos atores locais ao espaço global. SABOURIN (2002, p. 3) considera que: *“... um território não consiste simplesmente em atributos naturais. Ele é construído segundo a capacidade dos atores de estabelecer relações organizadas - mercantis e não mercantis que favoreçam não só a troca de informações e a conquista de certos mercados, mas também a pressão coletiva pela existência de bens públicos e de administrações capazes de dinamizar a vida regional...”*

Nessas redes territoriais podem existir laços informais por modalidades não mercantis de interação construídas ao longo do tempo que moldam uma certa personalidade e, portanto, uma das fontes das próprias identidades dos indivíduos e dos grupos sociais. Portanto, a potencialidade do território é formada por um mecanismo de mobilização do capital social local, o que oferece igualmente um contraponto à leitura da região somente pela ótica econômica e produtivista.

A mobilização do capital social local refere-se à capacidade de estabelecer a organização do território ou comunidade por intermédio de normas de confiabilidade entre os agentes, de forma que se possa melhorar a condição da sociedade por meio de ações coordenadas em redes (PUTNAM, 1996, p.167). Paulillo e Almeida (2005, p.45) mostram, dentre os fatores que permitem a mobilização do capital social local, recursos de poder, cooperação voluntária, confiança e reciprocidade.

Isso significa que, mesmo diante do processo de globalização, as condições específicas de um município ou região - suas redes organizacionais e seus contornos culturais - não são irrelevantes. As formações ou renovações dos circuitos regionais produtivos concorrem para a mudança social dos lugares, pautados nas atribuições de suficiência, estabilidade, autono-

mia e sustentabilidade da produção alimentar.

A rede de capital social que começou a ser constituída em Araraquara envolveu pequenos produtores familiares que, com técnicas de cultivo tradicionais, produziam alimentos e tinham dificuldades de distribuí-los no mercado local. O poder público municipal utilizou do potencial desses produtores para constituir um programa de segurança alimentar que faz a ligação dos produtores familiares aos consumidores de baixa renda.

O programa teve a primazia de organizar desde os produtores familiares, órgãos do governo do Estado ligados à agricultura familiar (ITESP) e também organismos locais de vários segmentos da sociedade, tais como hospitais e associações, construindo um elo de ligação entre segmentos urbanos e rurais.

5 - MARCO TEÓRICO-METODOLÓGICO PARA ANÁLISE DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE SEGURANÇA ALIMENTAR LOCAL

As mudanças ocorridas no Estado têm limitado sua capacidade de definir e implementar as políticas públicas. Na dimensão da segurança alimentar no país isso também acontece. A multiplicação dos atores implicados nas políticas coloca o desafio de estudar as organizações e de interpretar a ação política em termos de ação coletiva. As redes de política pública que se formam condicionam um processo de análise da ação pública e também das interações entre os diferentes componentes do Estado e os grupos de interesses privados. Os estudos que trabalham com a noção de redes de ação pública enfatizam muito mais as dimensões horizontais de coordenação da ação pública, os arranjos informais e os problemas de governança do que as relações relativas à hierarquia (ROMANO, 2001, p. 214).

As redes hoje refletem trocas importantes dentro das formas de governança, principalmente em gestões de programas de segurança alimentar. Essas formas refletem a caracterização cada vez mais complexa da sociedade civil e dos governos, a importância crescente da informação e do conhecimento dos agentes envolvidos em qualquer política, a confiança do governo em atores não governamentais para formular e implementar políticas públicas, as transparências em resultados da gestão pública, etc. Assim, o estudo e o acompanhamento da ação pública a

partir da abordagem de redes significam: 1) dispor no mesmo plano de análise os atores estatais e não estatais, sendo o poder público avaliado da mesma forma que os atores externos - como atores concretos (como os ministérios, as agências de regulação, as comissões legislativas, as secretarias de governo - estaduais e municipais, etc.) - e que podem se diferenciar pelas funções (deliberativa, regulatória, etc.) ou por seus objetivos, com estratégias e que podem até mesmo entrar em conflito; 2) considerar as políticas públicas a partir da base e não do alto, o que significa destacar o modo da implementação da política pública (as tomadas de decisões e reformulação dos problemas); 3) resgatar a complexidade do setor público ou setor de ação pública (exemplo: política industrial, política agrícola, política educacional), pois dentro de cada um desses setores podem operar mais de uma rede.

Nessa abordagem, as instituições são colocadas no centro da própria sociabilidade humana, permitindo encarar o desenvolvimento como resultado histórico de certas formas determinadas de coordenação. A organização institucional é vista como um sistema político e econômico que estrutura o comportamento coletivo e gera resultados distintos⁷.

Assim, a racionalidade dos atores será considerada, porém o modelo de avaliação das políticas trará embutido que esta razão não é suficiente para compreender por completo a ação, já que a conduta dos indivíduos e dos grupos só se explica socialmente. Enfim, a racionalidade é limitada pelo contexto, ou seja, influenciada por crenças partilhadas, por normas monitoradas e aplicadas por mecanismos que emergem das relações sociais (ABRAMOVAY, 2003).

Assim, uma análise histórica é que permitirá identificar os principais atores que influenciam ou participam do processo de elaboração e implementação das políticas em cada rede de segurança alimentar formada (com os interesses pessoais e os recursos de poder que determinam

⁷As importâncias das instituições se traduzem na própria visão do mercado como instituição e não como um espaço neutro de encontro de compradores e vendedores. Mercados são construções sociais que refletem o ambiente institucional em que se inserem e não simplesmente sistemas universais de formação de preço. A universalidade do indivíduo maximizador está longe de ser uma premissa universal dos comportamentos humanos, o que abre um horizonte promissor para a própria atividade política (ABRAMOVAY, 2001).

as ações em cada etapa da investigação).

De acordo com Reed (1998, p.75): “... os recursos de poder estão distribuídos de forma diferenciada entre os atores de um entorno, mas se estes recursos forem empregados com o devido grau de habilidade estratégica pelos atores sociais, produzirão e reproduzirão relações hierarquicamente estruturadas de autonomia e concorrência. Considerando o mercado concorrencial, as habilidades e capacidades de uma empresa ou grupo de empresas em empregar seus recursos de poder que são heterogêneos é que faz a diferença, proporcionando as bases para vantagens competitivas neste mercado...”. Os recursos constitucionais são representados pelas regras e normas, sendo que estas, quando legitimadas, determinam formas de adaptação dos atores e mudança na própria estrutura de governança das redes”.

Os recursos políticos podem aparecer sob a forma de *status* público atribuído pelo Estado, de poder de representação e de poder de aglutinação dos atores coletivos (PAULILLO e PESANHA, 2002).

Os recursos financeiros consistem em financiamento adequado, incentivos fiscais, subsídios, comissões sobre escalas de produção, cotas promocionais. etc. (PAULILLO e ALMEIDA, 2005).

Os recursos tecnológicos correspondem a conhecimentos adquiridos, tecnologias de gerenciamento, de informação, processos e matérias-primas específicas, etc. (PAULILLO e ALMEIDA, 2005).

Os recursos organizacionais são referentes à infra-estrutura institucional (institutos de pesquisas, centros de treinamento, agências de *marketing*), informações compartilhadas e propagadas, parcerias, consórcios, informações ocultadas, proximidade de fornecedores, terceirização, subcontratação, utilização da marca, etc. (PAULILLO e ALMEIDA, 2005).

Os recursos simbólicos são baseados sobre conhecimento e o reconhecimento, como a imagem, como a imagem da marca (*goodwill investment*), a fidelidade à marca (*brand loyalty*), etc.; poder que funciona como uma forma de crédito, sustentado pela confiança ou pela crença dos que lhes estão submetidos porque estão dispostos a atribuir créditos (PAULILLO e ALMEIDA, 2005).

Os recursos sociais são referentes ao capital social dos atores produtivos e não produti-

vos que estão no local e suas capacidades de formular políticas públicas de proteção e cooperação social, formando uma rede social sólida e incluyente. Essas redes devem estar norteadas por elementos do capital social (reputação, fidelidade, reciprocidade, etc.) (PAULILLO e ALMEIDA, 2005).

O capital social envolve o conjunto de recursos que um indivíduo ou grupo pode obter a partir de sua posição em uma rede de relações sociais estáveis. Corresponde ao tecido social, ou à cola invisível que mantém a coesão das sociedades e está baseado na confiança entre as pessoas e na rede de relacionamentos entre elas e os grupos sociais que formam as comunidades.

“Rede Social é uma relação moral de confiança de um grupo de agentes individuais que têm em comum normas ou valores além daqueles necessários às transações habituais de mercado. As normas e os valores abrangidos nesta definição podem ir da simples norma de reciprocidade entre dois amigos até os complexos sistemas de valores criados” (FUKUYAMA, 2000).

Todos os recursos de poder são buscados pelos atores participantes da cadeia produtiva, pois sua obtenção indicará melhores resultados e ainda evitará que haja uma dependência em relação a outros atores. Os recursos, as capacidades e os dotes são diferenciados entre uma e outra organização; cada firma possui recursos que se distinguem daqueles possuídos por outras e o conjunto desses recursos vai determinar sua atuação e também sua posição dentro da rede.

Essas redes podem ser locais e institucionalizadas por meio das ações de agentes públicos (como prefeituras, secretarias, etc.) e envolver um conjunto de recursos e interesses para produzir e desenvolver políticas públicas de inclusão social. Nesse sentido, o desenvolvimento de instituições locais é um movimento interessante porque revigora os estudos de localização para provisão de bens públicos e as melhores práticas da cidadania.

6 - PROGRAMA “DIRETO DO CAMPO” NO MUNICÍPIO DE ARARAQUARA: constituição e funcionamento

Desde 1995, os produtores da região de Araraquara já vinham vendendo seus produtos em um espaço cedido pela Cooperativa Mista

Agropecuária de Araraquara (COMAPA), mas não havia uma política compromissada com o desenvolvimento da agricultura familiar e dos assentamentos rurais.

Em 2001, a recém-criada Coordenadoria de Atividades Agroindustriais procurava transformar a feira de produtores que acontecia no espaço da COMAPA em uma feira regional de agricultura familiar; para tanto precisava encontrar outro lugar para realização da feira, pois o espaço da COMAPA havia sido vendido. Diante disso, uma das opções passou a ser o Terminal de Integração, local de grande movimentação de população, pela sua localização e papel estratégico no transporte coletivo.

A área de Segurança Alimentar buscava criar um espaço onde as pessoas de baixa renda pudessem comprar alimentos mais baratos, talvez com a venda direta do produtor. Essa população mora em bairros distantes do centro, na periferia da cidade, onde normalmente há poucas quitandas, cujos preços são majorados. O projeto era estabelecer pontos de vendas no Terminal de Integração.

Da união das idéias desses gestores foi criado o Programa Direto do Campo, o nome foi inspirado no Projeto Direto da Roça, de Belo Horizonte, e na prática da Feira de Produtores do Terminal de Integração de Campinas.

Em outubro de 2001, os produtores assentados tiveram uma “super” safra de manga e precisavam vender o produto. A Coordenadoria de Atividades Agroindustriais e a área de Gestão de Segurança Alimentar providenciaram espaços públicos para escoar essa produção (Praça Santa Cruz, Paço Municipal e Terminal de Integração), colaborando com bancas e transporte. Esse fato marca o início do Programa Direto do Campo.

No mês de setembro de 2002, o programa assumiu o formato de lei, sendo aprovada pela Câmara Municipal a Lei 5.098 que regulamenta o Programa Direto do Campo.

O programa é administrado pela Coordenadoria de Atividades Agroindustriais, que se volta à produção familiar e atende majoritariamente aos assentamentos. A lei municipal de aprovação informa, no seu artigo primeiro, que o programa está voltado para facilitar a comercialização direta entre produtor e consumidor de produtos hortifrutigranjeiros, conservas, produtos derivados do leite e da industrialização artesanal e

artigos oriundos do artesanato rural.

Os assentados podem participar independentemente do município onde residem. Essa parte do Programa foi pensada particularmente para atender ao Assentamento Monte Alegre que é encarado como uma unidade produtora regional, assim não importa se o produtor é assentado na parte do Monte Alegre pertencente à Araraquara, Matão ou Motuca, o que importa é que ele seja assentado.

Além do apoio legal, a permissão de uso da área pública e a assistência técnica, a Prefeitura de Araraquara cede também as bancas, disponibilizando, ainda, um caminhão para transportar as mercadorias e um ônibus para os produtores.

Atualmente, a quantidade de produtores que participam das feiras é de aproximadamente 32 famílias. Desses, seis são pequenos produtores familiares da região e os outros 26 são produtores de assentamentos rurais que estão divididos da seguinte forma: cinco são do Assentamento Bela Vista do Chibarro, um é do Assentamento Horto de Bueno de Andrade e 20 são assentados da fazenda Monte Alegre. Esses produtores participam de projetos diferenciados dentro do Programa Direto do Campo.

O quadro 2 apresenta uma síntese dos atores envolvidos no programa em 2006, quando a rede de capital social foi consolidada, destacando-se os atores sociais coletivos e individuais envolvidos nos diferentes pontos de comercialização.

7 - ANÁLISE DOS INDICADORES DO PROGRAMA “DIRETO DO CAMPO” DE ARARAQUARA

Neste trabalho, analisaram-se dados do funcionamento e dos produtores que participam do Programa Direto do Campo. Os dados foram coletados a partir de um formulário com questões abertas aplicadas aos produtores. Também foram realizadas entrevistas com integrantes da Coordenadoria de Atividades Agroindustriais da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico. E no Instituto de Terras do Estado de São Paulo (ITESP) foram levantadas, por meio de entrevistas com os técnicos, informações relativas à conservação ambiental e à identificação de cada família do grupo estudado neste trabalho.

QUADRO 2 - Atores Envolvidos no Programa Direto do Campo, Município de Araraquara, Estado de São Paulo

Atores participantes	Prefeitura Municipal de Araraquara, Coordenadorias de Atividades Agroindustriais, Coordenadoria de Segurança Alimentar
Atores coletivos participantes	Produtores do Assentamento Monte Alegre e do Assentamento Bela Vista do Chibarro, Associação Regar, Pequenos produtores da região de Araraquara, Casa da Agricultura de Araraquara, ITESP, consumidores.
Profissionais que formam a coordenadoria de atividades agroindustriais	Engenheiro de alimentos, engenheiro agrônomo, sociólogo e um técnico agropecuário; profissionais de carreira que ficarão na máquina administrativa mesmo após o mandato do atual governo, o que indica a possibilidade de o Programa continuar mesmo após o término da gestão atual (2001-2004, 2005-2008).
Gestores do Programa Direto do Campo	Comissão formada por um representante do assentamento Bela Vista do Chibarro, um representante do Assentamento Monte Alegre, um representante da Prefeitura, um representante da Câmara Municipal, dois representantes dos produtores rurais, um representante da Casa de Agricultura de Araraquara, um representante do ITESP e um representante do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural.
Projetos do Programa Direto do Campo	Feira do Produtor (Integração), Pró-orgânico, Feira da Roça, Feira do Produtor (Praça Pedro de Toledo) e Direto do Campo Itinerante.
Feira do Produtor (praça Pedro de Toledo)	Acontece aos sábados de manhã, envolvendo todos os produtores que participam do Programa Direto do Campo, com exceção das mulheres participantes da Feira da Roça. Existem produtores que, por terem pequenas quantidades de produtos, só participam dessa Feira.
Feira do Produtor (Integração)	Acontece às terças e sextas feiras no Terminal de Integração, com os produtores que têm uma maior quantidade de produtos e podem atuar, assim, três dias por semana (um dia na Praça Pedro de Toledo e dois dias no Terminal de Integração).
Feira da Roça	É realizada às quartas-feiras e aos sábados no Terminal de Integração, caracteriza-se por ser uma feira de mulheres. As integrantes desse Projeto pertencem ao Assentamento Monte Alegre e ao Assentamento Horto de Bueno de Andrade. As mulheres vendem produtos agrícolas (que a família produz no sítio) ou produtos que fazem em casa (tais como pães caseiros e roscas doces).
Pró-orgânico	A feira de Produtos Orgânicos acontece às segundas e quintas feiras, no Terminal de Integração e, aos sábados, dentro da feira maior, na Praça Pedro de Toledo. O Pró-orgânico envolve produtores que participam da Associação para o Desenvolvimento da Agricultura Regenerativa na Região de Araraquara (Regar). Tal projeto envolve produtores que, com apoio da Prefeitura e da Fundação Mokiti Okada, estão se adequando às normas de produção orgânica, para no futuro buscarem uma certificação dos produtos.
Direto do Campo Itinerante	O projeto é realizado esporadicamente, nas praças da cidade, para os produtores venderem sua produção sazonal.

Fonte: Kuranaga (2006).

Uma característica dos produtores familiares é plantar vários tipos de alimentos, ora para satisfação de seu consumo pessoal, ora com objetivos comerciais. O lote para produção, mesmo que em alguns casos, em pequena escala, tende a ser diversificado.

A diversificação agrícola nos conduz a uma dicotomia. Por um lado, quanto maior o nível de diversificação agrícola, maiores as possibilidades de integração econômica. Diminuem, com isso, a dependência em relação ao mercado de um produto específico, ou seja, no caso de queda de preço de um produto ou mesmo do ataque de pragas em um deles, o agricultor tem outras alternativas para diminuir o impacto no orçamento familiar. Por outro, os produtos oriundos dessa diversificação agrícola poderão não encontrar escoamento, justamente por ser diversificada. Por ser realizada em pequena escala o produtor tem dificuldade em transporte, enfrenta a concorrência dos grandes distribuidores de produtos hortifrutí e muitas vezes têm que vender seus produtos a preços baixos aos intermediários.

O Programa Direto do Campo facilita a distribuição dessa produção de alimentos na medida em que promove a feira de produtores: contribuindo com transporte das mercadorias, dos produtores, cede bancas e espaços públicos para realização das vendas.

Com o programa, os agricultores familiares da região têm alternativas de geração de renda sem precisar depender das cadeias produtivas convencionais do agronegócio, incentivando o trabalho familiar.

A participação nas feiras permite trocas de informações, atitudes de cooperação e incentiva o produtor a participar de cursos. Porém, tal participação não é algo estático, é uma construção de relações que muitas vezes se mostra conflituosa, mas que, por isso mesmo, deve criar canais de participação nas decisões.

Nesse sentido o programa está inserido em redes de capital social envolvendo atores ligados às políticas públicas, a produtores familiares, consumidores e ao poder local que interferem na segurança alimentar e no desenvolvimento regional.

O atendimento aos consumidores da região de Araraquara gera renda para esses pequenos produtores que lhes permite comprar na cidade o que não produzem, além de incentivar que aumente a produção agrícola familiar para

aumentar a renda, atendendo um número maior de consumidores.

Os preços dos produtos giram em torno de R\$0,50 e R\$1,00. Se, em média, o programa gera aos produtores como um todo em torno de R\$13.000,00 mensais, os consumidores recebem o mesmo valor em alimentos, além do que, parte não registrada em valores monetários, como sobras que são doadas a instituições de caridade ou mesmo produtos ofertados a mais no ato da compra, significam que chega à população local, principalmente a de baixa renda um valor bem maior em termos de alimentos (Quadro 3).

8 - PROGRAMA DIRETO DO CAMPO: fator gerador de renda e diversificação agrícola aos pequenos produtores familiares

Notou-se, através da pesquisa de campo, que todas as pessoas que participam da feira têm um grande nível de diversificação agrícola. Por exemplo, quase todos têm horta, frutas e milho e/ou algum outro produto, como feijão e mandioca, passíveis de serem comercializados na feira.

Quanto à renda, os produtores que têm menor renda vinda da feira, normalmente têm a tendência de terem seus sítios ocupados com produções mais extensivas, cujo destino é a venda fora da feira.

A maioria declarou que seu principal ponto de comercialização é a feira, que por si só é um lugar propício a escoar a diversidade produzida. O que é vendido fora da feira, na maioria, são produções em escala maior como milho, mandioca, manga e laranja, com exceções de um produtor que, no período em questão, forneceu para o Fome Zero e outro que, por ter uma grande produção ligada à horta, fornece, a atacado, para quitandas da cidade e região.

Constatou-se também que as pessoas que tendem a ter maior renda são as pessoas que participam de duas a três vezes por semana dos locais de venda. Considerando que os locais de venda são: a Feira do Produtor, na Praça Pedro de Toledo (somente aos sábados), e as bancas do Terminal de integração (dois dias da semana), as pessoas que participam duas vezes, normalmente só atuam no Terminal, lugar onde as vendas são maiores. As pessoas que fazem

QUADRO 3 - Alguns Indicadores do Programa Direto do Campo, Município de Araraquara, Estado de São Paulo

Total de renda gerada mensal	R\$13.000,00
Preço médio dos produtos	R\$0,50 ou R\$1,00
Principais produtos comercializados	Frutas, verduras, legumes, milho, mandioca, pães caseiros
Diversificação agrícola	Todos os produtores plantam com diversidade de culturas
Destinação das sobras diárias	Para Santa Casa e outras instituições de caridade
Principal destinação da renda gerada	Reinvestir na produção, gastos cotidianos da família
Renda em relação à renda familiar total	De 15% a 100%, para a maioria, a feira representa mais de 40% da renda familiar total
Renda em relação ao salário mínimo	Os produtores recebem mensalmente de 1 a 4 salários mínimos
Participação no programa (dias)	De 1 a 3 vezes por semana
Principal ponto de venda dos produtos	Feiras - Programa Direto do Campo
Mão-de-obra empregada na produção	Em sua maior parte familiar
Relação entre os produtores na feira	Boa e de Cooperação
Relação entre produtores e poder público	Boa mais com conflitos
Autoconsumo	De 50% a 70% do consumo da família são eles mesmos que produzem

Fonte: Kuranaga (2006).

três vezes, além do Terminal, participam da Feira do Produtor, na praça. Assim, na maior parte das vezes, as pessoas que realizam de duas a três feiras têm retorno maior e são as que têm maiores quantidades de produtos.

Para uma melhor análise da renda obtida com a comercialização dos produtos na feira, classificou-se essa renda em relação ao salário mínimo vigente no período das declarações (foram tabulados os dados de 20 produtores e relacionados ao salário mínimo de março de 2006 que era de R\$300,00) (Figura 1).

Ao se observar a figura 1, nota-se que a renda vinda da feira está distribuída proporcionalmente em quatro categorias: cinco produtores recebem até um salário mínimo; seis produtores recebem até dois salários mínimos; quatro, até três salários mínimos; e cinco recebem até quatro salários mínimos.

Conforme as declarações dos produtores, a renda da feira serve, principalmente, para ser reinvestida no sítio, seja para comprar trato para as criações, seja para gastos com a produção agrícola voltada para a feira. A outra destinação da renda é para sobrevivência, sendo entendida como compra de alimentos, produtos diversos e pagamentos de contas (normalmente de prestação de serviços, como eletricidade). Isso significa que, na maior parte dos casos, a renda proveniente da feira, não é líquida. Na figura 2, pode-se visualizar a renda vinda da feira em relação à renda familiar total.

Percebe-se pela figura 2 que para oito dos produtores, de um universo total de vinte entrevistados, a feira é fonte de mais de 50% da renda familiar. Estratificando para cima, para três das famílias, a feira representa 90% ou mais da renda familiar. Enquanto para 11 famílias, a feira representa 50% ou menos da renda familiar. Nesses casos, pessoas que, na composição da renda familiar, recebem Bolsa Família. São aposentados, trabalham em algum tipo de atividade fora do sítio ou têm outras produções comerciais em escala maior, que são vendidas ao atacado.

Pelo que foi explanado, verifica-se que a feira é uma importante fonte de renda para esse grupo, mas não é a única e nem sempre é líquida (pois na maioria das vezes é revertida para a própria produção). A ocupação dos sítios é diversificada, mas não se pode dizer com isso que não existam culturas homogêneas. Particularmente, os lotes de produção desse grupo estão ocupados com algumas culturas extensivas que podem ser de milho, mandioca, cana, laranja, eucalipto e mesmo pastagens, que também são fontes de renda.

9 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

A formação de uma rede de capital social vinculada ao programa de varejões populares mostrou que é possível concretizar um está-

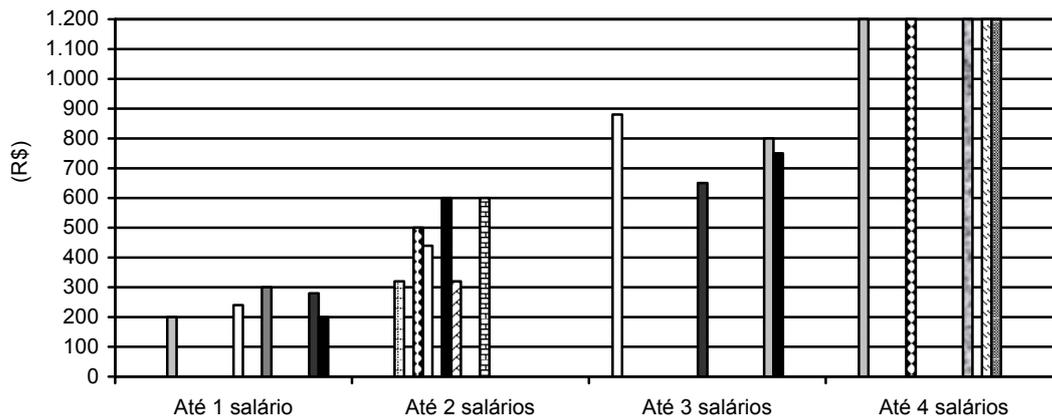


Figura 1 - Renda da Feira em Relação a Faixas Salariais¹, Município de Araraquara, Estado de São Paulo, 2006.

¹Cada coluna refere-se a um produtor do grupo estudado.

Fonte: Kuranaga (2006).

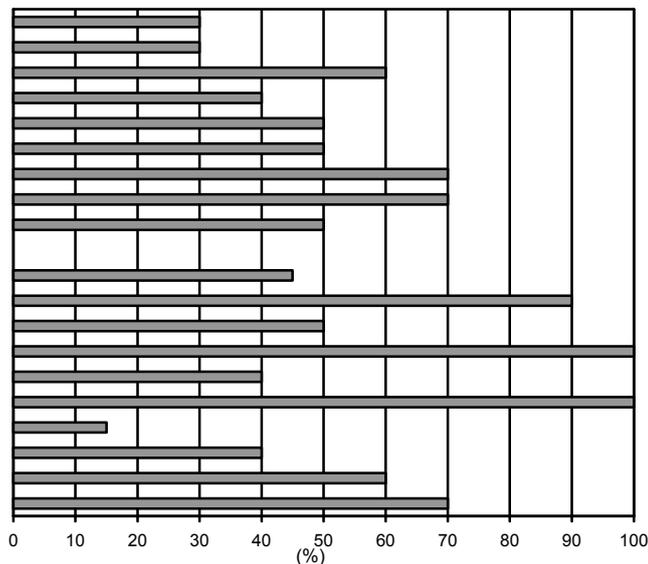


Figura 2 - Renda da Feira em Relação à Renda Familiar Total¹, Município de Araraquara, Estado de São Paulo, 2006.

¹Dados tabulados de 20 produtores sendo que 1 deles neste caso não soube dar as informações.

Fonte: Dados da pesquisa e Kuranaga (2006).

gio de segurança alimentar local que se reflete em valores nutricionais, autenticidade de produtos, saúde das pessoas, solidariedade a produtores agrícolas. Além disso, esse processo pode mostrar o início da cristalização de uma rede de capital social.

Alguns aspectos de ordem geral abarcam a questão da especificidade das redes de segurança alimentar regionalizadas. São eles: 1) viabilização da pequena propriedade agrícola, lócus

da produção doméstica, e melhoria das condições de trabalho rural, com condições estruturais para o seu desenvolvimento; 2) estímulo às micro e pequenas processadoras (agroindustrialização da produção agrícola); 3) coordenação de fluxos produtivos de alimentos básicos para o mercado institucional (escolas, creches, hospitais, penitenciárias, etc.); 4) fomento à produção de bens agrícolas domésticos ou de hábitos alimentares locais/regionais; 5) criação e viabilização de assen-

tamentos rurais que privilegiem as vantagens comparativas da agricultura local/regional.

O Programa Direto do Campo é um importante exemplo de como as políticas públicas podem atuar junto às minorias marginalizadas, gerando renda e bem-estar para essas pessoas e estendendo os benefícios para uma outra parte da sociedade que são os consumidores de baixa renda que têm acesso a um alimento mais barato e de boa qualidade.

Ao se analisar os dados percebe-se que: em relação à renda e ao autoconsumo, a feira gera uma renda corrente que garante o sustento cotidiano dessas famílias, complementadas pelo autoconsumo do que se produz no sítio. Pela análise dos dados relativos à mão-de-obra, contata-se que a produção familiar, em

alguns casos, utiliza mão-de-obra não-familiar o que pode contribuir para emprego e meios de sobrevivência de pessoas externas ao núcleo familiar. E pela análise dos dados relativos à produção vendida na feira e relativos à destinação das sobras, conclui-se que os benefícios da produção familiar rural podem chegar ao meio urbano através dos alimentos que são produzidos, distribuídos ou doados, tendo a feira como canal de escoamento. Assim, a segurança alimentar pode ser construída através da formação de redes de capital social que envolvam a agricultura familiar local e o poder público de forma a permitir e incentivar que as produções de alimentos de agricultores familiares possam chegar até os consumidores urbanos, particularmente os de baixa renda.

LITERATURA CITADA

ABRAMOVAY, R. Conselhos além dos limites. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 15, n. 43, p. 121-140, set./dez. 2001.

_____. **O futuro das regiões rurais**. Porto Alegre: UFRGS, 2003.

BONANNO, A.; MARSDEM, T.; SILVA, J. F. G. Globalização e localização: elementos para entender a reestruturação dos espaços rurais. In: CAVALCANTI, J. S. B. (Org.). **Globalização, trabalho, meio ambiente: mudanças socioeconômicas em regiões frutícolas para exportação**. Recife: Editora Universitária da UFPE, 1999.

DUVAL, H. C.; FERRANTE, V. L. S. B. Assentamentos rurais na agenda política: considerações sobre dois programas municipais em Araraquara-SP. In: SIMPÓSIO DA REFORMA AGRÁRIA E DESENVOLVIMENTO: DESAFIOS E RUMOS DA POLÍTICA DE ASSENTAMENTOS RURAIS, 2006. Araraquara, SP. **Anais...**

FUKUYAMA, F. **A grande ruptura**. Rio de Janeiro: Rocco, 2000.

KURANAGA, A. A. Feiras do produtor: alternativa para sustentabilidade de famílias assentadas rurais da região de Araraquara-SP. 2006. Dissertação (Mestrado) – Universidade de Araraquara.

MALUF, R. S.; MENEZES, F.; VALENTE, F. Contribuição do tema segurança alimentar no Brasil. **Cadernos de Debate**, Campinas, v. 6, p. 66-99, 1996.

PAULILLO, L. F.; ALMEIDA, L. M. Redes de segurança alimentar e agricultura familiar: a merenda escolar como instrumento de desenvolvimento local. **Cadernos de Debate**, Campinas, v. 11, n. 1, p. 45-67, 2005.

_____; PESSANHA, L. Segurança alimentar, políticas públicas e regionalização. In: PAULILLO, L. F. et. al. **Reestruturação agroindustrial, políticas públicas e segurança alimentar regional**. São Carlos: Edufscar, 2002.

PUTNAM, R. D. **Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna**. Rio de Janeiro: FGV, 1996.

REED, M. Teorização organizacional: um campo historicamente contestado. In: CLEGG, S.; HARDY, C.; NORD, W.

Informações Econômicas, SP, 37, n.11, nov. 2007.

Handbook de estudos organizacionais. São Paulo: Atlas, 1998. p. 61-68.

ROMANO, J. Interesses privados na formulação e implementação de políticas públicas. In: SILVA, F.; SANTOS, R.; COSTA, L. F. **Mundo rural e política: ensaios interdisciplinares.** Rio de Janeiro: Campus, 2001. p. 209-242.

SABOURIN, E. **Planejamento do desenvolvimento dos territórios rurais: conceitos, controvérsias e experiências.** Brasília: UFPB/CIRAD/EMBRAPA, 2002.

**REDES DE SEGURANÇA ALIMENTAR E AGRICULTURA FAMILIAR:
o Programa “Direto do Campo” do Município de Araraquara, Estado de São Paulo,
como Instrumento de Desenvolvimento Local**

RESUMO: O trabalho apresenta um caso concreto de formação de uma rede de capital social em torno da temática da segurança alimentar local. Tendo como princípio que a segurança alimentar deve ser tratada de maneira ampla, de forma a abarcar não somente as condições de saúde das pessoas, de higiene dos alimentos e da autenticidade da produção, mas também da melhora das condições de renda e emprego de pequenos agricultores. Este trabalho mostra que em Araraquara desenvolveu-se um programa de segurança alimentar que promove esses elementos, com a comercialização de produtos agrícolas em varejões populares distribuídos em pontos comerciais estratégicos. Este caso, ocorrido no centro da produção canavieira e do cinturão citrícola paulista, mostra como mecanismos institucionais desenvolvidos por meio de políticas públicas participativas e organizações locais podem promover o desenvolvimento rural local com possibilidades de inclusão social.

Palavras-chave: agricultura familiar, políticas públicas, segurança alimentar, varejões populares, capital social.

**FOOD SECURITY AND FAMILY AGRICULTURE NETWORKS:
the “Straight on the Field” Program in Araraquara, São Paulo State,
as a tool for local development**

ABSTRACT: This paper shows a concrete case of social capital network formation around the thematic of local food security. Its main principle is that food security must be treated in a wider manner, so that it can include not only people's health conditions, food hygiene and production authenticity, but also the improvement of income and work conditions of small farmers. This paper shows that, in Araraquara (SP), a food security program was developed that promotes these elements, with the trading of agricultural products in popular retail shops distributed in strategic commercial points. This case, happened in the center of sugar cane production and citrus belt of the state of São Paulo, shows how institutional mechanisms developed through participatory public policies and local organizations may promote local rural development with the possibility of social inclusion.

Key-words: family agriculture, public policies, food security, popular retail shops, social capital.

Recebido em 04/09/2007. Liberado para publicação 10/10/2007.